

CONTRATO Nº. 4 26 /2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA

CONTRATADO: FUNDAÇÃO DE APOIO À UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO

**CAETANO DO SUL - FAUCS** 

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 3756/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 21/2022

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

Aos Olizotto dias do mês de Tulto do ano de dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo, as partes de um lado o MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, sediada na Rua José Cláudio Alves dos Santos, n° 585, Bairro Remanso Campineiro, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (C.N.P.J./M.F.) sob n° 67.995.027/0001-32, neste ato representado pela Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoal, SRA. IEDA MANZANO DE OLIVEIRA, brasileira, divorciada, advogada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 28.802.604-4, devidamente inscrita junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 276.492.178-09, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, a FUNDAÇÃO DE APOIO À UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL - FAUCS, pessoa jurídica de direito privado, sediada na Rua Alegre, nº 470 - sala 804, bairro Santa Paula, no município cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoas de São Caetano do Sul, Jurídicas do Ministério da Fazenda (C.N.P.J./M.F.) sob nº 13.166.456/0001-78, neste ato representado por seu Diretor Presidente, RICARDO EUGÊNIO MARIANI BURDELIS, brasileiro, casado, portador (a) da Cédula de Identidade (RG) nº 24.664.840-5, devidamente inscrito junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (C.P.F./M.F.) sob nº 294.742.258-93, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, na melhor forma de direito, pelas cláusulas e condições abaixo relacionadas:



#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO AMPARO LEGAL

1.1. O presente Contrato Administrativo é regido pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas pela legislação posterior, e nos Decretos Municipais pertinentes, aplicando-se supletivamente as disposições de direito privado, bem como as disposições contidas no Processo Administrativo Protocolado sob nº 3756/2022, originário da Dispensa de Licitação nº. 21/2022, com fulcro no artigo 24, inciso XIII, da Lei Federal 8.666/1993, tudo fazendo parte integrante do presente instrumento contratual, como se no mesmo transcritos fossem.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO

2.1. Constitui-se como objeto deste instrumento a "contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Revisão da Estrutura Administrativa Organizacional da Prefeitura Municipal de Hortolândia", conforme condições e especificações contidas no Memorial Descritivo e na Proposta Comercial da CONTRATADA, que passam a fazer parte integrante do presente instrumento contratual como se aqui transcritos fossem.

# CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 3.1. No exercício de 2022 as despesas correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: 02.05.01.04.122.0216.2020.3.3.90.39.00 ficha 133.
- 3.2. No exercício seguinte, as despesas correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no respectivo orçamento-programa.

### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

 $\mathcal{M}$ 

4.1. O prazo de execução dos serviços será de 120 (cento e vinte) dias, contados



de sua assinatura.

4.2. O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura.

## CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

- 5.1. O valor total do presente contrato é de **R\$ 432.600,00 (quatrocentos e trinta e** dois mil e seiscentos reais), resultante da prestação dos serviços contratados.
- 5.2. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), e demais custos diretos e indiretos.

# CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 6.1. O pagamento será efetuado em até 04 (quatro) parcelas iguais/mensais, sendo que cada uma será realizada em até 10 (dez), dias mediante entrega da nota fiscal com o referido ateste, bem como com o respectivo relatório de trabalhos realizados.
- 6.2. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação.
- 6.3. Por força do Decreto Municipal 4.947/2021 que trata das regras de retenção de tributos no pagamento a fornecedores por Órgãos e Entidades do Poder Executivo dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1234/2012, ao efetuar os pagamentos a CONTRATANTE procederá à retenção do imposto de renda (IR).
- 6.3.1. As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação de serviços contratados ou fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres



municipais, nos termos do inciso I do art. 158 da Constituição Federal de 1988;

6.3.2. As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou prestação de

serviços, para entrega futura;

6.3.3. Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados a

pessoas ou serviços e mercadorias elencados no art. 4º da Instrução Normativa RFB

nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.

6.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a proponente

vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá

ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados

desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à

taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

 $EM = I \times N \times VP$ 

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originalmente devido

■ = Índice de atualização financeira, calculado seguindo a fórmula:

I = (6/100)365

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do

efetivo pagamento.

**VP =** Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

7.1. Não haverá reajuste de preços por força da legislação vigente.

16

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



- 8.1. Garantir o acesso dos profissionais da contratada, devidamente credenciados, às dependências da Contratante, bem como aos dados e informações essenciais ao desempenho das atividades contratadas.
- 8.2. Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto que forem requisitados pela contratada.
- 8.3. Disponibilizar local adequado à equipe da contratada quando a atividade for exercida na sede da contratante.
- 8.4. Recusar serviço executado equivocadamente ou não conforme com as especificações do edital, ou de seus relatórios, cobrando o refazimento do serviço e a substituição do respectivo relatório.
- 8.5. Promover a articulação institucional para a integração dos segmentos envolvidos.
- 8.6. Convocar, a qualquer tempo, a contratada para sanar e dirimir dúvidas.

# CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. Levantar e buscar os dados necessários a formulação do objeto contratado.
- 9.2. Cumprir fielmente á metodologia de desenvolvimento estabelecida no Termo de Referência, em até 120 (cento e vinte) dias, desde que não alterado por acordo entre as parte e devidamente formalizado nos termos da lei.
- 9.3. Gerenciar e desenvolver os aspectos técnicos necessários à execução do contrato.
- 9.4. Realizar os serviços contratados com técnica adequada e em conformidade com



a legislação pertinente.

9.5. Prestar, sempre que solicitado, as informações e documentos relativos a

execução dos trabalhos.

9.6. Providenciar a transferência de todos os direitos sobre os documentos

produzidos, que passarão a pertencer à contratante.

9.7. Arcar com todas as despesas de material de expediente, locomoção,

hospedagem e alimentação da equipe de consultores da contratada.

9.8. Responder, em relação a sua equipe de profissionais por todas as despesas

decorrentes da execução do contrato, tais como: salários, seguros de acidentes,

taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição e transporte, fretes,

estadia, alimentação e as demais que integram a relação trabalhista.

9.9. Responder por danos causados à contratante ou a terceiros quando

ocasionados por seus profissionais credenciados durante a execução do contrato.

9.10. Manter seus profissionais sujeitos às normas disciplinares da contratante, sem

qualquer vínculo empregatício com a mesma devendo substituí-los, caso sejam

considerados inconvenientes.

9.11. Substituir, às suas expensas, os vício, defeitos ou incorreções verificadas no

curso do contrato.

9.12. Comunicar á contratante, por ofício, qualquer anormalidade de caráter urgente

e elucidar os esclarecimentos que julgar necessários.

9.13. Responsabilizar-se pelos encargos previdenciários e obrigações sociais e

trabalhistas em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria, vez que seus



profissionais não manterão nenhum vínculo empregatício com a contratante.

9.14. Responsabilizar-se, ainda, por todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em eventual ocorrência da espécie,

forem vítimas os seus profissionais durante a execução do contrato ou em conexão

com ele, mesmo se a ocorrência se verificar nas dependências da contratante.

9.15. Assumir os encargos de eventual demanda trabalhista, civil ou penal,

interposta por seus profissionais relacionados à execução do contrato.

9.16. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da

adjudicação do certame.

9.17. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e

qualificação exigidas no processo licitatório.

9.18. A inadimplência da contratada referente aos encargos fixados no item 9.16 não

transfere a contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o

objeto deste contrato, razão pela qual a contratada renuncia expressamente a

qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com a contratante.

# CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1. O Município de Hortolândia reserva-se o direito de fiscalizar, a qualquer tempo,

a prestação dos serviços, nos temos do Memorial Descritivo.

10.2. A fiscalização exercida pela Administração não afasta, nem diminui as

obrigações e responsabilidades da contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

7



11.1. São aplicáveis as sanções previstas no Decreto nº 4.309, de 28 de novembro de 2019.

# CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 12.1. A Prefeitura Municipal de Hortolândia reserva-se no direito de rescindir de pleno direito o contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à proponente vencedora, direito a indenização de qualquer espécie, quando ocorrer:
- a) falência, recuperação judicial (caso não seja apresentado plano de recuperação homologado pelo juízo competente, apto a comprovar a viabilidade econômicofinanceira) ou extrajudicial ou dissolução;
- b) inadimplência de qualquer cláusula e/ou condição do contrato, por parte da CONTRATADA;
- c) a subcontratação ou cessão total ou parcial do contrato;
- d) descumprimento, pela CONTRATADA, das determinações da fiscalização da Prefeitura Municipal de Hortolândia;
- e) outros, conforme previsto no art. 78 da Lei nº 8.666 de 21/06/93.
- 12.2. A Prefeitura Municipal de Hortolândia poderá, também, rescindir o contrato, independente dos motivos relacionados nas letras "a" a "e" do subitem anterior, por mútuo acordo.
- 12.3. Rescindido o futuro contrato, por qualquer um dos motivos citados nas letras "a" a "e" do primeiro subitem deste capítulo, a CONTRATADA sujeitar-se-á a multa no percentual de 20% (vinte por cento) calculado sobre a parte inadimplente, respondendo, ainda, por perdas e danos decorrentes da rescisão contratual. Neste caso, serão avaliados e pagos, de acordo com a fiscalização da Prefeitura Municipal de Hortolândia, os serviços já prestados e/ou produtos já entregues, podendo a Prefeitura Municipal de Hortolândia, segundo a gravidade do fato, promover inquérito administrativo, a fim de se apurar as respectivas responsabilidades. Caso a

Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal- Departamento de Suprimentos Rua José Cláudio Alves dos Santos, nº 585 | Remanso Campineiro | Hortolândia-SP | CEP: 13.184-472 Tel.: 19 3965-1400 | e-mail: cadastro@hortolandia.sp.gov.br | www.hortolandia.sp.gov.br



CONTRATADA seja considerada inidônea, poderá ser suspensa para transacionar com a Prefeitura Municipal de Hortolândia, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

# CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

# CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da Comarca de Hortolândia, para dirimir quaisquer dúvidas não resolvidas administrativamente, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem as partes de pleno acordo firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias, para que o mesmo produza todos os devidos e efeitos legais.

Hortolândia, <u>M</u> de

de 2022.

MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA IEDA MANZANO DE OLIVEIRA

FUNDAÇÃO DE APOIO À UNIVERSIDADE
MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL - FAUCS

RICARDO EUGÊNIO MARIANI BURDELIS